



**ACÓRDÃO Nº350/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11160/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Manaquiri – FUNPREV.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Ayrton Romero da Silva (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4459/2020, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Manaquiri – FUNPREV. Exercício de 2018.

*Irregularidade. Multa. Representação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Ayrton Romero da Silva**, responsável pelo Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Manaquiri (FUNPREV-Manaquiri), exercício de 2018, nos termos do art. 22, inciso III, alíneas “b” da LO-TCE-AM, em razão das graves violações às normas legais e regulamentares;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Ayrton Romero da Silva** no valor de **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE, nos termos do art. 54, inciso VI da Lei Orgânica, em razão das graves violações às normas legais e regulamentares, em face dos questionamentos abaixo que foram apresentados na Notificação nº 45/2019-DICERP/CI, quais sejam:
  - 10.2.1. Questionamento 01: ausência de comprovação de



**ACÓRDÃO Nº350/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- realização de recenseamento periódico, descumprindo o disposto no art. 15, II, da ON SPPS/MPS nº 02/09 e art. 9º, II, da Lei nº 10.887/2004;
- 10.2.2.** Questionamento 02: ausência de comprovação da composição paritária entre o grupo dos representantes dos empregadores e dos servidores ativos e inativos, descumprindo a Lei nº 9.717/1998, art. 1º, inciso VI; Portaria nº 204/2008-MPS, art. 10, §3º; e Portaria nº 402/2008-MPS, art. 5º, inciso V;
- 10.2.3.** Questionamento 3.2: informações financeiras incompletas no Portal da Transparência do FUNPREV-Manaquiri, descumprindo o art. 48-A, incisos I e II da LRF c/c Lei nº 12.527/2011, art. 8º, §1º, incisos II e III e §2º;
- 10.2.4.** Questionamento 3.3: ausência de divulgação dos atos de nomeação dos membros dos Conselhos, dados sobre o quadro de pessoal e investimentos, descumprindo o disposto na Lei da Transparência, art. 7º, incisos V, VI e VII, alínea "a" e art. 8º, inciso V;
- 10.2.5.** Questionamento 05: constituição de provisão matemática previdenciária baseada em avaliação atuarial desatualizada, descumprindo os artigos 83, 85 e 89 da Lei nº 4.320/64 c/c art. 1º, inciso I da Lei nº 9.717/1998;
- 10.2.6.** Questionamento 06: avaliação atuarial desatualizada, descumprindo os artigos 83, 85 e 89 da Lei nº 4320/64 c/c art. 1º, inciso I da Lei nº 9.717/1998;
- 10.2.7.** Questionamentos 08 e 10: omissão na exigência dos valores indicados na Nota Explicativa nº 08, descumprindo o parágrafo único do art. 2º-A da Portaria nº 402/2008-MPS;
- 10.2.8.** Questionamento 09: ausência do Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR e das Informações e Dados Contábeis do RPPS, descumprindo o art. 3º, alínea "a", inciso II e alínea "b" da Res. nº 08/2011-TCE-AM
- 10.2.9.** Questionamento 15: ausência da política anual de aplicação dos recursos do FUNPREV, descumprindo o determinado no art. 4º, §2º da Res. CMN nº 3.922/10;
- 10.2.10.** Questionamento 16: ausência de comprovação da aprovação do gestor em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, descumprindo o determinado no art. 2º da Portaria nº 519-2011-MPS;
- 10.2.11.** Questionamento 17: ausência do Comitê de Investimentos, descumprindo o disposto nos artigos 3º-A, § 2º, e 6º da



**ACÓRDÃO Nº350/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Portaria MPS nº 519/2011;

- 10.2.12.** Questionamentos 20 e 21: ausência de encaminhamento do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA, descumprindo o disposto no art. 3º, alínea "d" da Resolução nº 08/11-TCE/AM; e art. 1º, inciso I da Lei nº 9.717/1998 c/c artigos 83, 85 e 89 da Lei nº 4320/64;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Representar** ao Ministério Público Estadual para que adote as providências que entender cabíveis sobre:

- 10.3.1.** Questionamento 07: conflito de interesses na atribuição de poderes ao Prefeito Municipal para movimentação das contas bancárias do FUNPREV-Manaquiri;
- 10.3.2.** Questionamento 08: Retenção de contribuições previdenciárias não repassadas ao Fundo Previdenciário.

- 10.4. Dar ciência** da decisão ao **Sr. Ayrton Romero da Silva**.

**11- Ata:** 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 14 de Abril de 2021.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 4

**ACÓRDÃO Nº350/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza,  
Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral